

SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES E AS ORIGENS DA INDÚSTRIA PETROLÍFERA NO BRASIL

*Marcos Cordeiro Pires**

Resumo: O objetivo deste artigo é o de contextualizar a criação da indústria petrolífera brasileira durante o processo de substituição de importações, que toma corpo com a Revolução de 1930. A ausência de capitais privados aliado ao desinteresse das empresas multinacionais em desenvolver o setor, particularmente no período de depressão econômica decorrente da crise de 1929, levou o Estado brasileiro a estruturar um sistema de regulamentação e de produção a partir da criação do Conselho Nacional do Petróleo. Este toma para si a tarefa de viabilizar a indústria petrolífera no período que se inicia no Estado Novo e termina com a criação da Petrobrás, em 1953.

Palavras-chave: Conselho Nacional do Petróleo; substituição de importações; intervenção estatal; indústria petrolífera

Abstract: The aim of this article is to introduce the context when was created the Brazilian oil industry during the period known as “process of substitution of importation”, under influence of the 1930’s Liberal Revolution. The absence of national private capital, ally to disinterest of multinationals oil companies for developing this sector, particularly during the 1930’s, forced Brazilian State to structuralize a system to regulate and to stimulate oil production from a new entity: the National Oil Council, which takes for itself the task to building the Brazilian oil industry during the period 1938-1953.

Keywords: Brazilian National Oil Council, substitution of importation, state intervention, Brazilian oil industry

* Depto. Ciências Políticas e Econômicas - Unesp-Marília. E-mail: <mcp@marilia.unesp.br>.

Introdução

Quando Monteiro Lobato fundava a sua primeira companhia, a Empresa Paulista de Petróleos, em 1918, a indústria petrolífera no mundo já estava bem avançada, alcançando elevados níveis de concentração e monopólio. Empresas como as norte-americanas Standard Oil of New Jersey e Gulf Oil Company, o consórcio anglo-holandês Royal-Dutch Shell e a estatal britânica Anglo-Persian dominavam internacionalmente a produção, o refino e a comercialização do petróleo.

Notícias sobre crimes, corrupção, atentados, golpes de estado, riqueza e poder, que estavam vinculadas a essas grandes empresas, corriam o mundo. Apesar de estar à margem desse processo, o receio dos brasileiros em relação aos “trustes”, como passariam a ser designadas as grandes empresas internacionais do petróleo, já era grande. Afinal, essas empresas já operavam nos países vizinhos, e as suas ações eram acompanhadas com atenção.

Desde o começo do século as empresas estrangeiras controlavam a comercialização de derivados de petróleo no Brasil¹. Quanto à atuação no campo de pesquisa e prospecção, os trabalhos não foram além de adquirir propriedades em terrenos propícios para a formação de jazidas de petróleo, mantendo-os como uma possível reserva a ser explorada em momento oportuno.² Como veremos posteriormente, esses planos caíram por terra com a instituição do Código de Minas, em 1934, a criação de uma legislação específica sobre o petróleo e a criação do Conselho Nacional do Petróleo, em 1938.

Naquela época, a América Latina era um dos principais centros produtores de petróleo no mundo, tendo à frente o México e a Venezuela. O primeiro produziu, em 1921, aproximadamente 200 milhões e barris e o segundo alcançou, em 1929, 140 milhões de barris. Vale registrar que o primeiro produtor mundial era os Estados Unidos, com a produção de aproximadamente 921 milhões de barris, em 1927 (LOBATO, 1936). Entretanto, apesar da importância da produção desses países,

¹ É importante considerar também que o grande filão do negócio do petróleo não era a prospecção, mas sim o refino, do qual se extraía gasolina, óleo diesel, querosene, óleo combustível, etc. Já em 1865 John Rockefeller, da Standard Oil, não se interessava pela pesquisa de petróleo, porque o grosso do negócio estava no transporte, refino e comercialização dos derivados. (Mário Victor, op. cit., 1970, pag. 44) A outra grande fonte de lucro deste setor seria a petroquímica, mas somente se desenvolveria a partir da década de 20, nos Estados Unidos. (SUAREZ, 1986).

² Em seu livro *O Escândalo do Petróleo*, Monteiro Lobato denuncia a criação de empresas brasileiras com capital controlado pelos trustes: “Que entidades são essas, Pan Geral Brasileira e Cia. Brasileira de Petróleo, com apelidos tão extremamente simpáticos aos pruridos de nosso nacionalismo? Brasileiras? Não. Estrangeiras. Atrás delas estão os trustes. Como nascem? Nascem dos trustes. Como vivem? Vivem como óvulos, ou embriões das futuras organizações industriais e comerciais dos trustes. [...] Hoje, são ocultas, que se instalam nas posições dominantes para a campanha de amanhã.” (LOBATO, 1936, p. 214).

essas reservas eram controladas principalmente pelas duas gigantes do setor: Standard Oil e Royal-Dutch Shell.

A atuação dos “trustes” do petróleo nos países periféricos vem sendo marcada por guerras, ditaduras militares, corrupção, sangue, fraudes eleitorais e pela complacência das oligarquias locais. A Guerra do Chaco, envolvendo Paraguai e Bolívia, era de fato uma guerra secreta entre a Standard Oil (Paraguai) e a Royal-Dutch Shell (Bolívia) pelo controle de áreas petrolíferas nos dois países. Venceu a primeira, que logo tratou de ocultar os campos de petróleo no Paraguai, para dispor deles quando melhor lhe conviesse (GONDIM DA FONSECA, 1958: 199-200). Já na Venezuela (com o apoio e a complacência do ditador Juan Vicente Gómez, sócio dos trustes), toda a sua produção era controlada por empresas estrangeiras como a Gulf Oil Company, Standard Oil e Royal Dutch-Shell. Apesar de suas grandes reservas, seu petróleo era refinado pelos trustes fora de suas fronteiras, nas Ilhas de Curaçao e Aruba. Todavia, a atuação dos trustes na América Latina não se dava sem resistências, como é o caso da Argentina e do México.

O petróleo argentino foi descoberto em 1907 por técnicos da Dirección General de Minas, Geología e Hidrología de La Nación, em Comodoro Rivadavia. Em 1910, foi criada a Dirección General de Explotación de Petróleo, destinada a explorar as jazidas daquela região. Assim que souberam da existência de grandes jazidas, empresas estrangeiras, como a Anglo-Persian e a Royal-Dutch Shell solicitaram a abertura de concessões.

A criação da estatal de petróleo, Yacimientos Petroliferos Fiscales-YPF, em 1922, e a indicação do general Enrique Mosconi para sua direção, marcaram uma nova era na indústria petrolífera argentina. Impulsionada pelo general, a empresa passou a desenvolver a prospecção de petróleo. Também ingressou num campo novo para um país periférico, como a construção de uma grande refinaria na periferia de Buenos Aires, em La Plata, que constituiu a base comercial para a atuação da YPF (MEDEIROS LIMA, 1960). Dessa forma, sob controle estatal, nascia a primeira empresa de petróleo integrada da América Latina.

Diferentemente do caso argentino, a produção petrolífera do México, que teve início em 1901, foi organizada por empresas estrangeiras, de nacionalidade britânica e norte-americana, sem qualquer participação estatal. Com sua produção voltada para a exportação, o México atingira o pico de produção em 1921, quando era um dos principais produtores mundiais de petróleo. Contudo, entre 1921 e 1936, os índices de produção estavam descendentes, fosse por fruto do esgotamento dos principais poços, fosse por desinteresse das empresas. Alegava-se que o país se tornara muito instável por conta da consolidação da Revolução Mexicana, fortemente nacionalista, chegando-se a cogitar uma intervenção militar norte-americana naquele país. Mas havia outros motivos. A desaceleração dos investi-

mentos se devia à descoberta de imensas jazidas no Texas, fato este que agravou a crise de superprodução no setor, que vinha se manifestando desde 1928, com o reingresso da União Soviética no mercado internacional de petróleo e, simultaneamente, por conta da forte depressão econômica que abalou a economia mundial na década de 1930 (YERGIN, 1992).

Em 1938, diante da recusa das empresas estrangeiras de petróleo de acatar uma decisão da justiça mexicana que as condenava a pagar uma indenização trabalhista aos operários petroleiros, o governo nacionalista do General Lázaro Cárdenas decidiu pela desapropriação de todas as empresas estrangeiras de petróleo, em 18/03/38, constituindo, a partir desse patrimônio, a estatal Petroleos Mexicanos-PEMEX. Para além do argumento jurídico, outras demandas foram consideradas pelas autoridades mexicanas, tal como se pode constatar pelos argumentos levantados por uma Comissão de Peritos, designada pela Justiça, que avaliou a situação da indústria petrolífera mexicana em meio à disputa trabalhista, como ressalta Diaz Mendes (1984, p. 94-100)

-La disminución de la producción petrolera en México se debe al agotamiento de las yacimientos, principalmente en la Faja de Oro; a la falta de nuevas e intensas exploraciones para descubrir otros campos, y posiblemente también a la política de las compañías petroleras.

-Los salarios reales de la inmensa mayoría de los trabajadores petroleros son inferiores en la actualidad a los que ganan los de la industria minera.

-El precio a que la compañía de petróleo El Águila, y lo mismo puede decirse de otras compañías, vendió el gasoil en México (promedio 1934-1936), fue de 171,77% más alto que el precio a que vendió la misma mercancía en el exterior.

-En el año de 1935 fue necesario haber invertido en México \$8,64 para producir un barril de petróleo crudo y en Estados Unidos la suma de \$48,12. La necesidad de inversión en México equivale al 17,96% respecto a la de Estados Unidos.

Como se vê, a questão trabalhista foi apenas um pretexto para que o governo mexicano adotasse a medida nacionalista. Ademais, é importante considerar que uma atitude como esta adotada por Cárdenas, ousada para a conjuntura da época, somente não recebeu uma resposta militar dos Estados Unidos e Inglaterra devido à delicada conjuntura internacional da década de 1930: uma segunda guerra mundial era iminente.

As experiências estatais bem sucedidas de Argentina e México nos negócios do petróleo, assim como os fracassos da Venezuela e os efeitos da Guerra do Chaco, influenciaram decisivamente os dirigentes brasileiros na definição de uma política petrolífera nacional. A isto se somava a crescente desconfiança de parte da elite política brasileira contra a dominação do capital estrangeiro, frente ao episódio que opôs o governo de Artur Bernardes (1922-1926) ao magnata norte-americano Percival Farquhar, que adquiriu os ativos da Brazilian Hematite Syndicate para estabelecer na cidade mineira de Itabira uma mineradora de ferro, a Itabira Iron

Ore, cujas jazidas, na década de 1940, viabilizaram a criação da Cia. Vale do Rio Doce. Os eventos políticos desencadeados pela Revolução de outubro de 1930 viriam a solidificar as convicções nacionalistas no Brasil, tal como discutiremos nas páginas seguintes.

1 A Revolução de 1930 e a Criação do CNP

Com a tomada do poder via a Revolução de Outubro de 1930, o grupo liderado por Getúlio Vargas se propôs a estruturar o Estado brasileiro de tal forma a instrumentá-lo como agente da acumulação capitalista no Brasil. Para tanto, o novo regime centralizou em suas mãos todas as decisões sobre política econômica, destituindo o poder que os estados haviam conquistado com a Constituição de 1891.

A vitória das forças lideradas por Getúlio Vargas significou uma importante mudança na composição política, social e ideológica do Estado no Brasil. Saía de cena o bloco homogêneo das oligarquias para ser substituído por outro, apesar de também oligarca, mas mesclado de segmentos burgueses e das camadas médias. A industrialização passou a ser prioridade em detrimento da agro-exportação. A questão social, antes tratada como caso de polícia, cedeu terreno para a cooptação política das classes populares. Criava-se uma nova hegemonia. Sob a liderança de Getúlio Vargas, o Estado passou a se aparelhar para atender a demanda da acumulação capitalista no Brasil, a sua fase industrial. Na opinião de Nelson Werneck Sodré (1967:264-265), a vitória da Revolução de 1930:

[...] episódio marcante da ascensão da burguesia em nosso país, teria, essencialmente, esse sentido: adaptar o aparelho de Estado, provavelmente obsoleto, às necessidades da expansão burguesa. Essas necessidades, cujos fundamentos objetivos foram sumariados aqui, traduziam-se, de algum tempo já, em pronunciamentos políticos dos mais sintomáticos e caracterizados. Todo o largo período de inquietação e de agitações, de perturbações e de motins militares, de manifestações de massas, as primeiras em grande amplitude que a história brasileira registra, assinalam aquelas necessidades que vão num crescendo, e que culminam quando os efeitos da crise de 1929 atingem o país.

É importante assinalar que a consolidação deste novo “Estado” não foi isenta de disputas entre os diversos grupos sociais e políticos, mesmo entre a coalizão de Getúlio Vargas. Podemos destacar no período a tentativa de contra-revolução paulista, em 1932, o levante da Aliança Nacional Libertadora, em 1935, e o *putsch* integralista, de 1938. O golpe de novembro de 1937, que instalou a ditadura do Estado Novo, foi o coroamento do processo de centralização iniciado em 1930. Vejamos abaixo como Luciano Martins (1976:148) aborda esta questão:

Ces observations nous amènent à affirmer que ce qui apparaît comme un “vide” du porvuair résulte moins d’un équilibre de forces entre des <<bourgeoisies>>

différentes et décidées à conserver ou à inaugurer leur hégémonie sur le processus de changement social, que de la difficulté pour les élites coalisées de trouver le moule institutionnel e les instruments de légitimation capables de donner une solution simultanée, dans les années 30, aux trois problèmes classique que l'Etat oligarchique avait si bien su résoudre auparavant: articuler les sous-systèmes dans le plan de la nation, incorporer de nouveaux acteurs à l'univers des elites et maintenir le schéma de domination. C'est l'Estado Novo qui va donner une réponse à ces problèmes.³

O Estado Novo, um regime autoritário em que o partido político do “chefe” era o Estado-Maior das Forças Armadas, foi o reflexo nacional dos movimentos autoritários europeus (fascismo e nazismo), que descartaram a democracia liberal e os mecanismos do “laissez-faire” como forma de conter os avanços do movimento operário e recuperar suas economias do desastre. O Estado Novo, ao centralizar no executivo federal as principais decisões da vida nacional, atacou uma série de problemas que dificilmente seriam abordados se subsistissem participações políticas representativas.

Esse movimento de centralização teve início já nos primeiros dias da Revolução. Concessões para a exploração mineral do subsolo, de âmbito estadual, foram transferidas para a União. A instituição do Código de Minas, através do Decreto-Lei 26.642 de 28/04/1934, estabelecia que a propriedade de subsolo, ao contrário do que ocorria até aquela data, era independente da posse do solo. Com isso, as riquezas minerais contidas em determinada área de terra não mais pertenciam ao detentor desta, passando ao domínio da União. A partir de então, a exploração de todas as riquezas minerais do subsolo dependiam de concessão especial outorgada pelo Governo Federal (COHN, 1968:17). Posteriormente, o Código sofreria alterações, como por exemplo, a nacionalização das Minas pela Constituição de 1937, a revisão de 1940, que proibia aos estrangeiros a posse de recursos no subsolo ou, uma nova revisão, desta vez em 1941, que novamente flexibilizou o acesso de estrangeiros a empreendimentos de mineração (WIRTH, 1973, p. 17).

Reflexo dessas novas diretrizes sobre o setor de petróleo e derivados foi a edição do Decreto-Lei 395 de 29/04/38, que declarava de utilidade pública a temática do petróleo e seus derivados e regulava a sua importação, exportação, transporte, distribuição e comércio, no território nacional. A indústria de refinação de óleo importado ou produzido no país foi aí enquadrada. Por outro lado, nacionalizava-se

³ Luciano Martins-Pourvoir et Developpement Economique, Paris, Editions Anthropos, 1976, pag. 114. “Estas observações nos conduzem a afirmar que isto se parecia como um “vazio” de poder, resultado menos de um equilíbrio de forças entre duas “burguesias” distintas e decididas a conservar ou a inaugurar sua hegemonia sobre o processo de mudança social, de que da dificuldade da coalizão de elites em encontrar uma forma institucional e os instrumentos de legitimação capazes dar uma solução simultânea, durante os anos 30, aos três problemas clássicos que o Estado oligárquico conhecia bem: articular os sub-sistemas dentro do projeto nacional, incorporar novos atores ao universo das elites e manter o esquema de dominação. É o Estado Novo que vai dar uma resposta a estes problemas.”

a indústria da refinação, restringindo sua direção a apenas brasileiros natos. Esse mesmo decreto definia também a criação do Conselho Nacional do Petróleo, constituído por brasileiros natos, designados pelo Presidente da República, representando os Ministérios da Guerra, Marinha, Fazenda, Agricultura, Viação e Obras Públicas, Aeronáutica, assim como organizações de classe do comércio e da indústria (VICTOR, 1970, p. 48; COHN, 1967, p. 30).

Meses depois, em 07 de julho de 1938, através do Decreto-Lei 538, foi oficialmente instituído o Conselho Nacional do Petróleo, incumbido, entre outras atribuições, de:

- autorizar, controlar e regular a importação, o transporte, inclusive a instalação de oleodutos, a distribuição e o comércio do petróleo e seus derivados;
- autorizar a instalação de quaisquer refinarias ou depósitos, decidindo da sua localização, assim como da capacidade de produção das refinarias, e da natureza e qualidade dos produtos;
- estabelecer, sempre que julgar conveniente, na defesa dos interesses da economia nacional e cercando a indústria de refinações do petróleo de garantias capazes de assegurar-lhe êxito, os limites, máximo e mínimo, dos preços de venda dos produtos refinados- importados em estado final ou elaborados no país- tendo em vista, tanto quanto possível, a sua uniformidade em todo o território da República;
- opinar sobre a conveniência da outorga de autorizações de pesquisa e concessão de lavra de jazidas de petróleo, gases naturais, rochas betuminosas e pirobetuminosas requeridas ao Governo Federal;
- opinar sobre a constituição das reservas de zonas e áreas petrolíferas de que tratam o art. 116 do Decreto-Lei nº 366, de 11/04/1938, e o seu parágrafo único; que gravem a indústria e o comércio do petróleo e seus subprodutos ou a criação de novos impostos e taxas.

Especificamente no que tange à pesquisa e lavra do petróleo, o artigo 13º da mesma lei determinava:

O Conselho Nacional de Petróleo realizará, por intermédio do órgão técnico que for criado, os trabalhos oficiais de pesquisa das jazidas de petróleo e gases naturais, bem como, quando julgar conveniente, procederá à lavra e industrialização dos respectivos produtos.

Como podemos verificar, o Conselho Nacional do Petróleo possuía funções híbridas, tanto de caráter normativo e regulador, que caracterizava a atuação do Estado brasileiro até então, como também de caráter especial, que lhe permitiriam atuar tanto na prospecção como no refino do petróleo. A respeito desta peculiaridade, assinala mais uma vez Cohn (1967, p. 54): “O caráter de autonomia do CNP é o marco de sua singularidade dentre as manifestação da administração pública brasileira e reflete uma mudança fundamental das concepções sobre a forma e o conteúdo dos órgãos do aparelho administrativo estatal.”

2 Um panorama da indústria petrolífera no Brasil antes da criação do CNP

As pesquisas petrolíferas no Brasil tiveram início ainda no período Imperial. Grande parte desse trabalho, assim como o mapeamento mineralógico do Brasil, sempre teve à frente técnicos estrangeiros, uma vez que o país não possuía pessoal técnico ou escolas especializadas na formação de geólogos. Durante a Velha República, as poucas pesquisas e sondagens foram realizadas pelo Serviço Geológico e Mineralógico, ligado ao Ministério da Agricultura, ou por particulares que utilizavam sondas emprestadas por este Serviço.

Durante os anos 20 e 30 do século XX, algumas empresas privadas foram organizadas com o objetivo de pesquisar e explorar petróleo no Brasil. Entre os pioneiros do petróleo, merecem destaque José Bento de Monteiro Lobato, Edson de Carvalho e Oscar Cordeiro.

O primeiro organizou, entre outras organizações, a Empresa Paulista de Petróleo e a Cia. Petróleos do Brasil, com o objetivo de explorar terrenos no interior de São Paulo. Diante do grande volume de capital necessário para a pesquisa petrolífera e dos poucos recursos com que contava, Lobato buscava se financiar junto ao público, através da venda de ações. Escritor já famoso e brilhante polemista, Monteiro Lobato utilizava-se de jornais como “O Estado de São Paulo” para a propaganda de suas idéias e de suas empresas. Nacionalista convicto, Lobato teve um importante papel em denunciar a atuação de grupos internacionais no controle da exploração de ferro e petróleo. Por outro lado, desconfiava de dirigentes públicos que em sua opinião traíam o interesse nacional. Estas opiniões podem ser conferidas no livro *O Escândalo do Petróleo* (LOBATO, 1936), onde denunciava o conluio de técnicos do Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério da Agricultura (ex- Serviço Geológico e Mineralógico) com técnicos estrangeiros e com os “trustes” para que se sabotassem as pesquisas das empresas nacionais.⁴

⁴ As principais denúncias de Monteiro Lobato recaíam, principalmente, sobre dois geólogos estrangeiros, Victor Oppenheim e Mark Malamphy, que trabalhavam na Diretoria Nacional de Produção Mineral (ex-Serviço Geológico e Mineralógico). Estes eram acusados de falsificar informações geológicas com o intuito de beneficiar os trustes e não permitir a exploração de petróleo no Brasil. Eram acusados também de terem criado uma empresa, a MALOP, que vendia no exterior informações sobre o subsolo brasileiro. Geólogos nacionais, entre eles o Dr. Fleury da Rocha, eram acusados de cúmplice dos trustes. Um funcionário do Ministério da Agricultura, que posteriormente seria um dos mais influentes técnicos do Governo Federal, Jesus Soares Pereira, ao tentar explicar a grande influência de técnicos estrangeiros na área de pesquisa mineral, assim considerou: “... O nosso Serviço Geológico e Mineralógico foi dirigido por um período grande por estrangeiros, principalmente americanos, que se integraram totalmente no país, sendo capazes de ir ao suicídio em virtude dos desencantos e desacertos e das decepções com as coisas brasileiras, como aconteceu com Orville Derby. Quando lemos qualquer coisa sobre a nossa geologia estamos topando a toda hora com a contribuição deixada por técnicos, cientistas e pesquisadores estrangeiros...” (MEDEIROS LIMA, 1975, p. 62)

O alagoano Edson Carvalho, por sua vez, contando com o apoio de Monteiro Lobato, organizou a Companhia Petróleo Nacional para estruturar a exploração na localidade de Riacho Doce, Alagoas. Nessa região, onde se apresentavam indícios da formação de jazidas de xisto e de petróleo, o geólogo alemão José Bach industrializou o xisto. Tentou, sem sucesso, prospectar petróleo. Sua misteriosa morte, em 1918, e o suicídio de seu amigo, Eutíquio de Carvalho Gama Filho, quando este levava adiante estudos e entabulava negociações com norte-americanos interessados nas possíveis jazidas de Riacho Doce, colocou-se sob suspeita um possível interesse do Governo em não permitir a descoberta de petróleo no Brasil. Suspeitou-se da existência de um complô, conforme manifestou Edson de Carvalho em seu livro “O Drama da Descoberta do Petróleo Brasileiro” (CARVALHO, 1958:23-24).

Na época, a montagem da empresa contou com o apoio do Governo do Estado de Alagoas, que sancionou a Lei 1196 de 20 de Junho de 1930, concedendo isenção de impostos sobre equipamentos, produtos refinados, taxas de exportação sobre petróleo e derivados (CARVALHO, 1958:38). Já a autorização para que a Companhia Petróleo Nacional iniciasse suas atividades somente veio a ser obtida por meio do Decreto Presidencial n. 21.265, de 08/04/32. A empresa foi constituída com um capital inicial de 20 mil contos, dos quais 10 mil eram subscritos pelos direitos e concessões dos terrenos. A outra metade seria integralizada por meio do lançamento de ações no mercado. Das sondas empregadas na exploração, uma foi adquirida por um empresário carioca, que ingressou na sociedade; a outra foi obtida por meio do Interventor de Alagoas, Tasso Tinoco, que a reivindicou junto ao DNPM.

Houve, entretanto, um fato que à época despertou a desconfiança dos geólogos do Governo Federal. Quando da chamada de capital, os sócios da CPN tentaram entusiasmar o público enaltecendo a invenção de um geólogo mexicano, Dr. F. B. Romero (que dirigiria as pesquisas), que supostamente permitiria o descobrimento de imensas jazidas com um baixo custo de pesquisa. Este fato era muito duvidoso, aproximando-se do charlatanismo, já que a parte mais custosa de toda a atividade petrolífera é justamente a pesquisa, dado o baixo índice de êxitos⁵. A desconfiança era ainda maior porque os geólogos do DNPM duvidavam da existência de petróleo naquela região, baseados em pareceres do geólogo Victor Oppenheim, que sempre descartou a possibilidade da ocorrência de formações de petróleo no Brasil. As desavenças entre os pioneiros do petróleo e os órgãos federais encontraram aí novo ponto de discórdia (VICTOR, 1970, p. 72). Adicione-se a essa querela a consultoria obtida pela CPN junto a técnicos da empresa alemã ELBOF, no momento que em o nazismo ameaçava a Europa.

⁵ Cabe esclarecer que o aparelho inventado pelo Dr. F. B. Romero, também foi empregado por Monteiro Lobato em sua Companhia Petróleos do Brasil, com insucesso idêntico.

Após sucessivas disputas entre técnicos e empresários; e entre o Governo Federal e o Governo de Alagoas e, principalmente, devido à falta de recursos e de tecnologia apropriada, a Cia. Petróleo Nacional paralisou suas atividades em 1937, sem encontrar uma gota de petróleo. Apresentou, apenas, a descoberta de uma jazida de gás natural. O relato da experiência da CNP, de tão controverso, daria um filme... e deu: *Ouro Negro* (2009), de Isa Albuquerque.

Somente em 21 de janeiro de 1939, na localidade de então conhecida por Lobato, no Recôncavo Baiano, foi noticiada a descoberta do petróleo no Brasil. Este feito deveu-se, em grande parte, à persistência do comerciante baiano Oscar Cordeiro que, a despeito do ceticismo dos técnicos do Departamento Nacional de Produção Mineral, apelou diretamente ao Presidente Getúlio Vargas para conseguir que o governo empregasse uma de suas sondas para a pesquisa e prospecção do petróleo.⁶

Apesar de seu pioneirismo, Oscar Cordeiro não pôde explorar o petróleo de Lobato. Por sugestão do CNP, o Presidente Vargas expediu o decreto executivo nº 3.701, de 08/02/39, que instituiu a reserva petrolífera nacional em um raio de 60 km ao redor do poço nº 163 do DNPM, situado em Lobato-Ba⁷.

Após a nacionalização da jazida de Lobato, Oscar Cordeiro enviou um relatório a Monteiro Lobato a respeito de sua epopéia, do qual selecionamos o trecho onde lamenta sua sorte:

O prêmio que tive pela imensa trabalhadeira de anos de luta para a abertura do primeiro poço de petróleo do Brasil, foi o decreto do Sr. Getúlio Vargas nacionalizando as minas de Lobato, sem a menor indenização, nem sequer das despesas que fiz durante tanto tempo para que o Brasil tivesse petróleo. E fui corrido de Lobato! E como não encontrasse fundamento para me submeter ao Tribunal de Segurança, o governo demitiu-me da presidência da Bolsa de Mercadorias, instituição por mim fundada e da qual fui o organizador e o presidente durante doze anos. E depois de arrancarem todas as placas que havia no escritório, nos depósitos e na sonda do meu campo de Lobato, ergueram ali um obelisco com os seguintes dizeres: 'O PRIMEIRO CAMPO ONDE JORROU PETRÓLEO NO BRASIL. ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE PETRÓLEO NO GOVERNO DO DR. GETÚLIO VARGAS'. E penduraram ali o célebre retrato que figura obrigatoriamente em todos os açougues, sapatarias e quitandas do Brasil.

⁶ É preciso destacar a participação ativa de dois jovens geólogos do DNPM que não compartilhavam da opinião oficial daquele órgão, Silvio Froes de Abreu e Irnack Carvalho do Amaral. Mário Victor relata uma conversa entre Froes de Abreu e o Presidente Vargas, em que o chefe do governo indagou do geólogo as possibilidades de petróleo no Recôncavo. A resposta foi positiva, animando o Presidente. Peter S. Smith atesta a coragem deste geólogo, quando este proferiu uma palestra na Academia Brasileira de Ciências sobre seu trabalho "Contribuições para a Geologia do Petróleo no Recôncavo, Bahia". Foi ridicularizado pelos técnicos mais antigos, diante da possibilidade de se encontrar petróleo naquela região. (VICTOR, 1970:95/97); (SMITH, 1978:52).

⁷ Edson de Carvalho, op. cit. pag. 376/377. Sobre o decreto de nacionalização de Lobato ver: (VARGAS, 1964, p. 37).

Ao fazer um breve balanço da atuação dos grupos privados nacionais nessa pré-história do petróleo brasileiro, podemos destacar os seguintes aspectos:

- a) Os grupos privados nacionais contrapunham-se ao interesse das grandes empresas internacionais de petróleo, defendendo uma solução nacionalista para o petróleo brasileiro;
- b) Os grupos estrangeiros, ciosos da concorrência de grupos nacionais, buscavam inviabilizar as atividades dos pioneiros em diversas frentes: por meio da imprensa, de *lobbies* junto a autoridades ou ainda por boicote ao repasse de equipamentos ligados à pesquisa e exploração;
- c) Os grupos nacionais se viam limitados pela ausência de suporte financeiro para suas operações, pela falta de equipamentos e também pela ausência de pessoal técnico que pudesse levar adiante as operações;
- d) Diante dessa fragilidade, exigiam do poder público apoio técnico e financeiro, além de medidas protecionistas contra a concorrência estrangeira; e
- e) Eram contrários à intervenção direta do Estado na atividade petrolífera, assim como ao monopólio estatal.

A atuação do CNP nas atividades de lavra e pesquisa, intensificadas pela descoberta do poço de Lobato, não significou um bloqueio à iniciativa privada brasileira. Somente com a lei 2004/53, que instituiu o monopólio estatal no setor, essa possibilidade foi eliminada. No entanto, entre 1939 e 1953, quando se previa a exploração por empresas privadas nacionais sob propriedade de brasileiros natos, não se conseguiu extrair uma única gota de petróleo.

3 O Conselho Nacional de Petróleo sob a gestão do General Horta Barbosa (1938 - 1943)

A instituição do Conselho Nacional do Petróleo obteve um grande impulso no meio militar, por meio do Conselho de Segurança Nacional. A indicação do General Júlio Caetano Horta Barbosa, então subchefe do Estado Maior do Exército, para a presidência do CNP, refletia a preocupação das Forças Armadas quanto ao suprimento de petróleo e derivados, ainda mais numa conjuntura internacional que indicava como inevitável a guerra generalizada.

O General Horta Barbosa não era avesso aos problemas do petróleo. Já em 1936, quando era Diretor da Divisão de Engenharia do Exército, em carta dirigida ao Ministro da Guerra, manifestava a seguinte opinião:

Sem petróleo, nosso potencial militar é baixo; sem petróleo assistimos, tristemente, à penetração constante, ininterrupta da Standard Oil, Royal Dutch-Shell, Mexican

Eagle, pelos menores recantos de nossa pátria. Urge, pois, substituir todos esses nomes por nomes brasileiros. Nutrimos fundas esperanças de que tal substituição ocorrerá tanto mais cedo quanto maior for a eficácia da cooperação do Exército, nas pesquisas para localização das fontes daqueles combustíveis. (VICTOR, 1970, p. 98)

Tendo por base estudos desenvolvidos pelo Conselho de Segurança Nacional e pelo Conselho Federal de Comércio Exterior, o CNP enviou ao Presidente da República dois projetos de legislação complementar: um estabelecendo a unificação dos preços de derivados de petróleo em todo o país (Imposto Único); e outro, destinado à criação de uma refinaria nacional.

Quanto ao problema do preço único, o CNP levou em consideração que quanto mais distantes dos portos de entrada, mais os preços dos derivados de petróleo tendiam a se elevar. Em algumas localidades, o preço dos combustíveis chegava a reunir em média 35 tributos diferentes, fossem de caráter municipal, estadual ou federal. A proposta do CNP era a compensação destes diversos tributos em único, de caráter exclusivamente federal. Isso permitiria a formação de um único preço para todo o país, o que permitiria criar no país o sentimento de que todos os estados faziam parte de um único país, de um único mercado.

Além disso, o CNP tencionava elaborar um plano rodoviário, cujos recursos viriam do repasse de parcela do imposto único a estados e municípios, por meio de obrigações rodoviárias a serem sacadas contra o Banco do Brasil. Um último objetivo era reduzir as vantagens tributárias que recebiam as refinarias privadas instaladas no país, uma vez que o preço do petróleo bruto importado estava quase isento de impostos. É claro que este último objetivo tinha por meta a asfixia das empresas privadas, pois a intenção do CNP era o monopólio de todas as atividades ligadas ao petróleo, inclusive do refino, como veremos mais adiante (WIRTH, 1973:132). A instituição do Imposto Único deu-se através do Decreto-lei n. 2.615 de 21/09/1940.

Antes de tratarmos do segundo projeto, que previa a construção de uma grande refinaria nacional, devemos analisar um pouco mais a fundo os motivos que levaram o CNP a adotar tal posição. Para tanto, consideramos como decisiva a viagem do general Júlio Caetano Horta Barbosa à Argentina e ao Uruguai, onde se deparou com empresas estatais que estavam avançadas nas atividades ligadas à indústria petrolífera.

Na Argentina, a Yacimientos Petrolíferos Fiscales-YPF lavrava, transportava, destilava e distribuía o petróleo nacional. No Uruguai, a Administración Nacional de Combustibles Alcohol y Portland-ANCAP era a empresa estatal que explorava e administrava o monopólio do álcool e do petróleo e seus derivados, além de fazer a importação de cimento e carvão para os serviços públicos.

Diante destas experiências, o Gen. Horta Barbosa enviou relatório ao Presidente Vargas, recomendando as seguintes diretrizes para a indústria de petróleo no Brasil:

- a) necessidade urgente e inadiável de enviar ao Prata o maior número possível de técnicos, para se iniciarem no estudo de todas as especialidades pertinentes ao petróleo;
- b) Concentrar no Conselho Nacional de Petróleo, desde já, todas as atividades que se relacionam com os hidrocarbonetos, dando execução integral ao Decreto-Lei que o organizou e especialmente ao previsto no art. 13;
- c) Entrar em entendimentos objetivos sobre a vinda de um ou mais técnicos argentinos especialistas na lavra do petróleo e organização de campos de produção;
- d) Vantagens evidentes da indústria estatal da refinação, sobre forma de monopólio, prevista já no art. 13 do Decreto-Lei nº 538, assunto esse que já foi objeto de um Memorial do Conselho Federal de Comércio Exterior, devidamente informado a Vossa Excelência pelo Conselho Nacional de Petróleo;
- e) Intensificar metódica e continuamente os serviços geofísicos, tendentes a determinar novos horizontes petrolíferos;
- f) Dotar o Conselho Nacional de Petróleo de verbas generosas para que possa atacar com intensidade o problema de determinação de campos petrolíferos e iniciar a produção. (CNP, ARQUIVO NACIONAL).

É importante assinalar que essa posição do Gen. Horta Barbosa somente se solidificou após esta visita aos países platinos. Antes, em outra oportunidade, recusou uma oferta para fornecimento de equipamentos para construção de refinarias no Brasil, como poderemos constatar pelo episódio que segue.

Em 02 de maio de 1938, o vice-presidente da Refinaria de Petróleo “La Isaura”, de Buenos Aires, Sr. Rodolfo P. Peracca enviou correspondência ao Presidente Getúlio Vargas oferecendo os serviços de sua empresa para a instalação de uma refinaria no Brasil. Nela, o empresário argentino salientava a necessidade de se instalar a indústria do refino no país como forma de se garantir a independência em relação ao estrangeiro, o barateamento do combustível para transportes e indústrias e fortes lucros comerciais. Cita o exemplo da França, imediatamente seguido pelo Japão, Itália, Suécia e muitos outros. Por outro lado, a empresa argentina propunha-se a garantir o fornecimento de petróleo através de acordo com grandes empresas internacionais, contrato com a maior fabricante de equipamentos de refinarias; colaboração de corpo técnico qualificado; etc. (CNP, ARQUIVO NACIONAL).

Este documento deu entrada no CNP em 21 de setembro de 1938 e o despacho do Gen. Horta Barbosa ao Presidente Vargas foi o seguinte:

Na carta anexa e no memorial que lhe está apenso, Rodolfo P. Peracca, vice-presidente da refinaria “La Isaura”, de Buenos Aires, propõe contratar o fornecimento ao Governo Brasileiro de maquinaria destinada à instalação de destilarias e refinarias de petróleo, de matéria-prima para essa indústria e de técnicos para a montagem e direção de usinas.

2- Informa o proponente que forneceu o aparelhamento industrial da refinaria de “Administraciones Nacionales de Combustibles, Alcohol y Portland”, da República do Uruguai, e que representa os fornecedores de matéria-prima dessa indústria, em Montevideu.

3- Não estando o Governo diretamente interessado na exploração da indústria da refinação do petróleo, tenho a honra de propor a Vossa Excelência o arquivamento do memorial em causa que, em anexo, restituo a Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos de meu mais profundo respeito.

Gen. Júlio C. Horta Barbosa

Presidente (CNP, ARQUIVO NACIONAL)

Nos contatos que realizou na Argentina, o general Horta Barbosa manteve uma longa conversa com o general Enrique Mosconi, principal dirigente da estatal argentina de petróleo, YPF, entre 1923 e 1932. Este relatou sua experiência na luta contra os monopólios, a partir da criação de refinarias de petróleo (VICTOR, 1970:148). Desde então, até 1943, quando se demitiu do CNP, a luta do General seria pela construção de uma grande petroleira nacional.

Apesar desse interesse do Conselho, a iniciativa privada, nacional e estrangeira, apoiada por alguns governos estaduais, mobilizou-se pela a construção de refinarias nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e no Distrito Federal, e também de um oleoduto ligando o porto de Santos à capital de São Paulo. Essas iniciativas caíram por terra, sendo barradas pelo interesse do CNP na construção de sua própria refinaria, no Distrito Federal, com capacidade de refino de 4.000 barris por dia (WIRTH, 1973:132). Os impactos da II Guerra Mundial no país postergaram os planos de Horta Barbosa.

Antes de encerrar esta seção, há que se mencionar as tentativas do capital estrangeiro em inviabilizar uma solução genuinamente nacionalista para o petróleo brasileiro durante a gestão de Horta Barbosa. Entre 1940 e 1942, a Standard Oil of New Jersey encaminhou três propostas secretas visando à implantação de uma grande refinaria do Distrito Federal. A contrapartida para essa oferta seria a concessão, pelo governo brasileiro, de áreas localizadas nas bacias do Amazonas e do Paraná, além da revisão de toda legislação do petróleo já aprovada. Tais propostas foram feitas ao presidente Vargas, uma vez que o Exército se posicionava firmemente contrário a essa idéia. Aceitá-la seria capitular da mesma forma que o governo venezuelano, à época, um exemplo de entreguismo (WIRTH, 1973:137). Cabe lembrar que às vésperas da assinatura do Decreto-lei 395, de 29/04/38, a Standard Oil tentou implantar uma refinaria na cidade de São Paulo, para abastecer a região. Sabendo previamente da possibilidade de nacionalização da indústria do refino, em que seriam respeitados os direitos já estabelecidos, e sem tempo para sua construção, improvisou a montagem de equipamentos de segunda mão, ou, como qualificaram os técnicos do CNP, “um amontoado de ferro-velho”. Como

ela não conseguiu por em funcionamento a refinaria, o CNP lhe negou a concessão (VICTOR, 1970:125).

4 A Segunda Guerra Mundial e estrangulamento energético

Em meio ao estado de guerra, muitos dos projetos do CNP tiveram que ser postergados, entre eles o da grande refinaria. Os trabalhos de prospecção nos campos de petróleo da Bahia viam-se ameaçados pela falta de recursos e de equipamentos. Em 1943, foram perfurados 13 novos poços, sendo 3 produtores, 2 de gás e 8 secos. Segundo assinala Victor (1970, p. 151):

No mês de dezembro, segundo relatório do CNP, 'Encomendas no vulto de mais de meio milhão de dólares haviam sido, entretanto, feitas nos Estados Unidos no começo de 1943, inclusive três sondas, sem que houvessem logrado resultado satisfatório ante as dificuldades para se obter autorização de licenças de exportação e posterior prioridade de Embarque'. Ainda prossegue [...] 'estas encomendas haviam sido reduzidas a 325 mil dólares, dos quais, no fim daquele ano, foram recebidos somente 174 mil dólares'.

Além disso, a crise de abastecimento, provocada pelo bloqueio das rotas internacionais de suprimento de petróleo, provocou inúmeros transtornos para a vida econômica do país. Grande parte do transporte rodoviário passou a ser movido por gasogênio, um substituto da gasolina, produzido a partir de carvão vegetal. A produção industrial, por sua vez, teve que frear o ritmo de crescimento, fosse pela falta de combustível, fosse pela falta de outros insumos e equipamentos. Reflexo dessa situação foi o forte impacto no PIB, conforme segue:

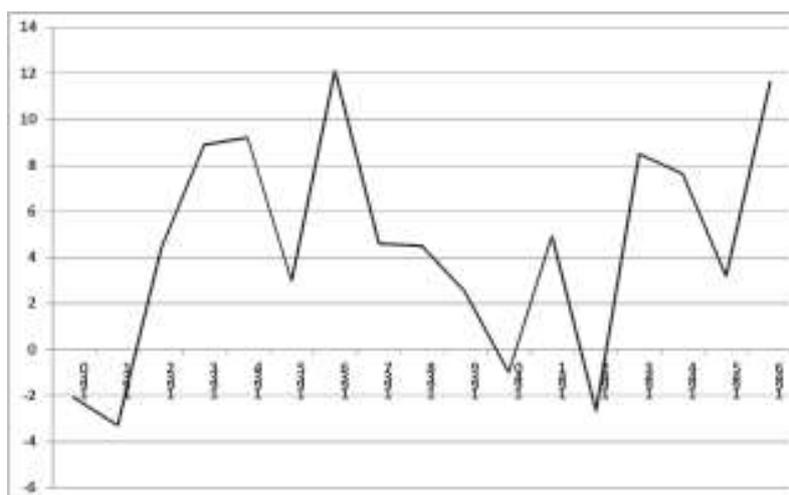


Gráfico 1 – Brasil: Produto Interno Bruto – 1930-1946 (variação anual)

Fonte: IBGE/SCN 2000 Anual - SCN_PIBG. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>.

De forma geral, desde 1931, o pior ano da depressão iniciada em 1929, o PIB brasileiro não apresentava desempenho negativo como em 1940 e 1942, conforme verificamos no Gráfico 1. O baixo crescimento relativo do PIB foi pressionado, principalmente, pelo estrangulamento da importação de petróleo e derivados (Gráfico 2).

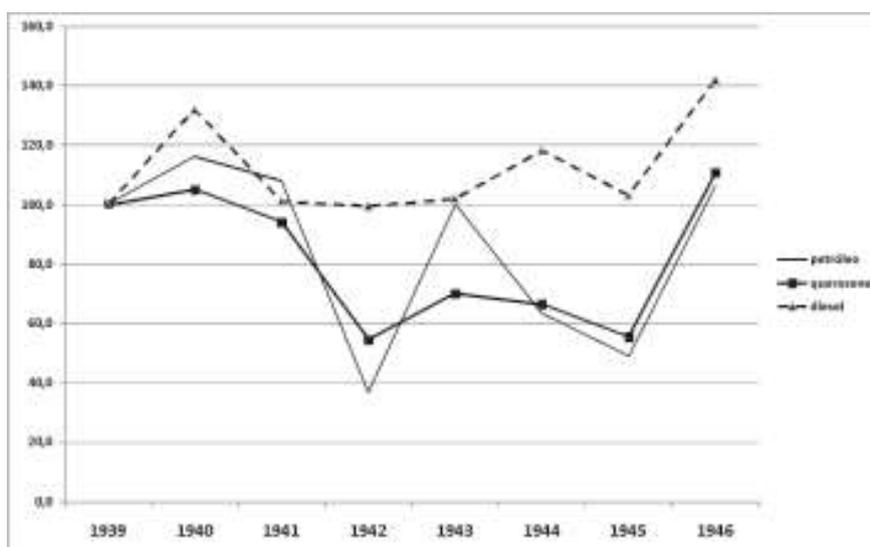


Gráfico 2 – Brasil: Consumo de Petróleo e Derivados – 1939-1946
Fonte: IBGE. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>.

Acerca deste estrangulamento externo, ponderam Villela e Suzigan (1978:220):

[...] Não obstante o comércio exterior ter proporcionado ao país nos anos de guerra uma melhora de 42% nas relações de troca, que por sua vez criou uma capacidade de importar suficiente para atender à necessidades da industrialização que se iniciara em 1930, a limitação das importações imposta pela guerra teve como resultado uma desaceleração no ritmo de desenvolvimento industrial. Daí ter a indústria, como um todo, crescido nos de guerra à taxa anual de 5,4%, isto é, sensivelmente inferior à da década de 30, 8,4% e a dos anos 1933/39, quando alcançou 11,2%.

Exemplificando a forma de que como a crise de abastecimento repercutiu na vida nacional, relatamos a seguir dois telegramas enviados ao presidente Vargas, a respeito desse problema. O primeiro, datado de 19 de Setembro de 1941, trata-se de um pedido do empresário José Ermírio de Moraes ao presidente da República, cujo teor do telegrama segue abaixo:

Vimos comunicar vossência nossa Fábrica Cimento Recife ficará pronta novembro estando entretanto ameaçada não poder funcionar por falta de óleo combustível. Temos satisfação assegurar não seria necessária importação cimento exterior se

fosse fornecido combustível suficiente pleno funcionamento fábricas existentes. Temos certeza capacidade já instalada atenderia consumo. Fornecimento combustível traria grande economia país razão combustível custar apenas 3\$500 por saco de cimento enquanto importação cimento custaria 20\$000 por saco. Tal economia compreenderia compra navios tanques único obstáculo importação combustível além atender magnos interesses indústria nacional.

Cordiais saudações.

Soc. Anônima Indústrias Votorantin.

José Ermirio de Moraes, Diretor. (sic) (CNP, ARQUIVO NACIONAL)

Verifiquemos também o pleito do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros, de 09 de junho de 1942:

Já com o tráfego consideravelmente diminuído e o que é mais grave sob ameaça de paralisação vendo desmoronar-se fruto de longos anos de trabalho e na triste perspectiva de criar empresas de ônibus interestaduais agindo como todos os brasileiros que nos momentos incertos de angústia e de aflição sempre recorrem a V. Excia. em busca de proteção e na certeza de que algo se fará por mitigar os seus sofrimentos apela para V. excia. afim de que não seja suprimido o tráfego das linhas que exploram entre Rio e Petrópolis o que infelizmente positivar-se-á caso o Conselho Nacional de Petróleo suprima totalmente o combustível de que se utilizam- óleo diesel do qual não existe tanta falta quanto à gasolina- pedimos vênha sugerir a V. Excia. audiência Departamento Nacional de Estradas e Rodagens controlador serviço de ônibus interestadual. Expressando mais uma vez nossos votos pelo restabelecimento de V. Excia. cumprimentam respeitosamente Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Rio de Janeiro. Presidente. (sic) (CNP, ARQUIVO NACIONAL)

Como se pode constatar, a questão do suprimento regular de petróleo e derivados se tornou um aspecto essencial do desenvolvimento industrial do país. O racionamento ocorrido durante a II Guerra Mundial fez com que essa temática se tornasse fundamental no debate político que se iniciava com o fim do Estado Novo.

Considerações Finais

Ao terminar a II Guerra Mundial, o problema energético, particularmente do petróleo, se colocava na ordem do dia. A forte industrialização iniciada com a crise de 1929 encontrava-se, então, bloqueada por uma série de pontos de estrangulamentos, quais sejam, os gargalos nas áreas de energia e transportes e na produção de insumos- industriais, como aço, plásticos e borrachas, álcalis e máquinas e equipamentos. Adicionalmente, a difusão do padrão de consumo norte-americano, particularmente do automóvel e dos equipamentos sociais que o acompanham, tornava a questão do abastecimento de petróleo e derivados no centro do debate político, já que a demanda de combustíveis excedia tanto a capacidade de importação do país como as taxas de crescimento do Produto.

O processo de democratização e os debates da Assembléia Nacional Constituinte, em 1946, foram fortemente marcados pela busca de uma solução para este setor. A partir de então, o País se dividiu entre aqueles que buscavam uma solução nacionalista e aqueles que defendiam a participação do capital estrangeiro no setor. A campanha “O Petróleo é Nosso”, que se seguiu aos debates constitucionais, iria mobilizar milhões de pessoas em todo o País em defesa dos interesses nacionais. Em 1953, com a votação da Lei 2004, instituía-se o monopólio estatal sobre as principais atividades relacionadas à indústria petrolífera e se criava a empresa estatal Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRÁS), exceção feita à distribuição, setor em que as grandes empresas estrangeiras estavam ligadas desde o começo do século XX... mas esta é uma nova discussão.

BIBLIOGRAFIA

CARVALHO, Edson. *O drama da descoberta do petróleo brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1958.

CNP- Arquivo da Presidência da República, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

COHN, Gabriel. *Petróleo e Nacionalismo*. São Paulo: DIFEL, 1968.

GONDIM DA FONSECA. *Que sabe você sobre o petróleo?* Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.

IPEADATA. www.ipeadata.gov.br

MARTINS, Luciano. *Pourvoir et Developpement Economique*. Paris: Editions Anthropos, 1976.

MEDEIROS LIMA. *Petróleo: Desenvolvimento ou vassalagem?* R. Janeiro: Antunes e Cia Ltda., 1960.

MEDEIROS LIMA. *Petróleo Energia Elétrica, Siderurgia: A Luta Pela Emancipação - Um Depoimento de Jesus Soares Pereira sobre a Política de Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MENDEZ, Alberto Diaz. *Lazaro Cardenas- Ideas Políticas y Acción Antimperialista*. La Habana-Cuba: Editorial de Ciências Sociales, 1984.

MONTEIRO LOBATO. *O Escândalo do Petróleo*. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1936.

SMITH, Peter Seaborn. *Petróleo e política no Brasil moderno*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1978.

SODRÉ, Nelson W. . *História da Burguesia Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SUAREZ, Marcus Alban. *Petroquímica e Tecnoburocracia - Capítulos do Desenvolvimento Capitalista no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1986.

VARGAS, Getúlio. *A Política Nacionalista do Petróleo no Brasil* (Discursos). R. Janeiro: Tempo Brasileiro, 1964.

VICTOR, Mário. *A Batalha do Petróleo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

VILLELA e SUZIGAN. Crescimento da Renda Real Durante a II Guerra Mundial-1940/1945, In.:*Formação Econômica do Brasil - A Experiência da Industrialização*, org. Versiani e Barros. S Paulo: Saraiva, 1978.

WIRTH, John D. . *A Política de Desenvolvimento na Era de Vargas*. Rio de Janeiro: Fund. Getúlio Vargas, 1973.

YERGIN, Daniel. *O Petróleo: Uma História de Ganância, Dinheiro e Poder*. São Paulo: Scritta, 1992.

